1. CENÁRIO ECONÔMICO

1.1 Cenário Internacional

Dados oficiais da Agência Nacional de Estatísticas mostraram que a economia do Reino Unido cresceu mais do que o esperado em março, depois das perdas em 2020 devido ao coronavírus. A expansão de 2,1% ante fevereiro foi liderada pela reabertura de escolas que, junto com testes e a vacinação contra a covid-19, elevou a atividade no setor público e entre varejistas. Analistas consultados pela Reuters esperavam crescimento mensal de 1,3% para a quinta maior economia do mundo.

Nos três primeiros meses de 2021, quando o Reino Unido estava sob um terceiro lockdown, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 1,5%. Embora o impacto tenha sido menos severo do que inicialmente se esperava, Samuel Tombs, economista da Pantheon Macroeconomics, disse que isso significa que o país quase certamente permaneceu em último entre o Grupo dos Sete países ricos pelo quarto trimestre seguido. Entretanto, o PIB britânico caminha para crescer 5% no período entre abril e junho.

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos (EUA) subiu 0,8% em abril, acelerando em relação à alta de 0,6% em março, informou o escritório de estatísticas dos EUA, dia 12. A variação mensal de abril era estimada em 0,2% pelos economistas consultados pela Reuters, mas veio quatro vezes mais alto que o esperado.

Nos últimos 12 meses, o índice americano teve variação de 4,2%, a maior alta desde setembro de 2008 quando acusou 4,9%. Os itens carros e caminhões usados subiram 10% em abril - maior variação mensal desde o início da série em 1953 - e foi responsável por mais de um terço do aumento de todos os itens com ajuste sazonal.

Nos EUA a gasolina teve queda, o que compensou os aumentos na eletricidade e gás natural. Nos últimos 12 meses, porém, a energia subiu 25,1%, e os alimentos tiveram aumento de 2,4%. Quase todos os principais componentes do índice que mede a inflação aumentaram em abril. O núcleo do CPI, que exclui preços de alimentos e energia, subiu 0,9% em abril - maior aumento mensal desde abril de 1982. Em 12 meses, o aumento foi de 3% - maior do que o índice de 1,6% registrado em março.

A tributação sobre herança é “o imposto certo na hora certa” para o período pós-pandemia, afirmou David Bradbury, chefe de políticas tributárias e estatística da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A entidade divulgou dia 11 um relatório em que analisa esse tributo em 24 de seus 37 membros e faz recomendação para melhorar seus desenhos e elevar sua arrecadação.

É “o imposto certo”, segundo a OCDE, porque trabalhos empíricos mostram que ele tem custos menores de implantação e provoca menos distorções que os tributos sobre fortunas — que já foi abandonado na maioria dos países que o implantaram, mas voltou à discussão com a necessidade de financiar a retomada pós-covid-19.

Além disso, se for calibrado para reduzir a quantidade de riqueza que é herdada pelos que estão no topo da pirâmide, age sobre um dos principais motores da desigualdade de renda e de oportunidades, disse o diretor do Centro de Políticas Tributárias da OCDE, Pascal Saint-Amans. “Os números mostram que são os mais ricos os que mais se beneficiam de patrimônio herdado e que a concentração de riqueza tem crescido nas mãos do 1% e dos 10% mais ricos, criando um círculo vicioso”, afirmou. E viria "no momento certo" não só porque governos vão precisar de mais recursos, mas também porque a desigualdade cresceu por causa da pandemia — mais pobres, mulheres e não brancos foram os mais afetados pela perda de emprego e de renda.

O relatório divulgado na terça, dia 11, mostra que há espaço para elevar sua arrecadação, diz Saint-Amans. “De cada US$ 100 que países como EUA e Alemanha arrecadam, só 50 centavos vêm desse tipo de tributo”, acrescentou Bradbury. Dos 24 membros analisados, apenas a Coreia do Sul recolhe mais que 1,5% das receitas com ele. Isso ocorre porque, embora as alíquotas nominais do tributo cheguem a 40% nos EUA e 55% no Japão, há tantas deduções e isenções que a base tributária se reduz enormemente.

1.2 Cenário Nacional

A produção industrial recuou em nove dos 15 locais analisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM Regional), na passagem de fevereiro para março. O resultado foi divulgado dia 11 pelo IBGE. Ceará (-15,5%), Rio Grande do Sul (-7,3%) e Bahia (-6,2%) registraram as quedas mais intensas. A produção nacional caiu 2,4% em março frente a fevereiro.

No Ceará, foi a queda mais intensa registrada desde abril de 2020, quando havia caído 35,2%. “A queda tem influência direta do comportamento dos setores de couros, artigos para viagens, calçados, além do setor de bebidas”, analisa o gerente da pesquisa, Bernardo Almeida. A Bahia teve a terceira taxa negativa consecutiva, com perda acumulada de 22,6% no período.

Já na indústria gaúcha, o setor de veículos e o setor outros produtos químicos tiveram os maiores impactos negativos, levando o estado à segunda queda consecutiva, com perda acumulada de 9,2%. Também é a queda mais intensa desde abril de 2020 (21,4%).

Para Bernardo, esse comportamento reflete o recrudescimento das medidas restritivas por conta do avanço da pandemia da covid-19 no país. “É um impacto direto da pandemia na atividade industrial”, concluiu.

Os dados divulgados dia 12 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o volume de serviços prestados no Brasil teve queda de 4% em março, na

comparação com fevereiro. Com o resultado, o setor voltou a operar abaixo do nível pré-pandemia. O recuo registrado em março foi o mais intenso desde junho do ano passado, quando o setor teve queda de 5,5%.

Na comparação com março de 2020, o setor de serviços teve alta de 4,5%, após 12 taxas negativas seguidas nesta base de comparação. Já no acumulado em 12 meses, o volume de serviços prestados no país registra uma retração de 8%.

Em termos de patamar, o setor de serviços em março operava 13,6% abaixo do seu ponto mais alto, registrado em novembro de 2014. Essa distância já foi maior, tendo chegado a -27,9% em maio do ano passado.

Das cinco atividades do setor de serviços, três registraram queda em março – justamente as que são mais dependentes do atendimento presencial. Segundo o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, esse resultado se deve ao recrudescimento das medidas restritivas diante do avanço da pandemia da covid-19 no Brasil.

A maior retração foi observada entre os serviços prestados às famílias, que caiu 27% em relação a fevereiro, a taxa negativa mais intensa desde abril de 2020, quando recuou 46,5%. Tiveram alta na passagem de fevereiro para março os serviços de informação e comunicação e os outros serviços - respectivamente de 1,9% e 3,7%.

Apesar da retração de março, o setor de serviços encerrou o primeiro trimestre com avanço de 2,8% na comparação com o 4º trimestre do ano passado - foi a terceira taxa positiva nesta base de comparação, mas a menos intensa do período. Já na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o setor registrou queda de 0,8%, sendo esta a quinta queda trimestral seguida na comparação do trimestre frente a igual trimestre do ano anterior.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central, divulgado dia 13, considerado uma "prévia" do PIB, teve alta de 2,30% entre janeiro e março deste ano, em comparação aos três últimos meses do ano passado. O número foi calculado após ajuste sazonal, uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes.

No último trimestre do ano passado, o aumento foi de 3,17%. Quando a comparação é feita com o resultado do primeiro trimestre de 2020, o IBC-Br indica uma alta de 2,27% (sem ajuste sazonal). Em 2021, a economia brasileira iniciou o ano em expansão, mas com desaceleração no ritmo de crescimento da atividade econômica no primeiro trimestre.

O IBC-BR do Banco Central é um indicador criado para tentar antecipar o resultado do PIB, mas os números oficiais do PIB do primeiro trimestre serão divulgados pelo IBGE somente em 1º de junho.

Apesar da alta do IBC-BR no primeiro trimestre deste ano, o resultado de março foi negativo. Segundo o Banco Central, o nível de atividade registrou queda de 1,59% em

março. Com isso, foi interrompida uma sequência de dez meses de crescimento – registrada entre maio do ano passado e fevereiro de 2021.

Na comparação com março de 2020, o IBC-Br registrou uma expansão de 6,26%, segundo o Banco Central. No acumulado dos 12 meses até março de 2021, porém, houve queda de 3,37% – sem ajuste sazonal.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com a trégua nos valores da gasolina, desacelerou o ritmo de alta para 0,31% em abril. Em março, o indicador havia registrado aumento de 0,93%. Os dados foram divulgados dia 11 pelo IBGE.

A inflação acumulada teve novo repique. O IPCA no período de 12 meses encerrados em abril subiu para 6,76%. No acumulado até março, havia ficado em 6,10%, ou seja, o indicador permanece acima do teto da meta de inflação de 2021. O centro da meta deste ano é de 3,75%, com limite de 5,25%. A taxa de 6,76% é a maior desde novembro de 2016.

Conforme o IBGE, o ritmo menor no mês passado é explicado, principalmente, pelo comportamento do grupo de transportes, cujos preços recuaram 0,08%. Dentro do segmento, o destaque veio dos combustíveis, com baixa de 0,94%. Os preços da gasolina caíram 0,44%, na primeira retração após 10 meses, quando houve alta acumulada de 42,39%. O etanol, por sua vez, recuou 4,93%.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta em abril. O único com queda foi transportes. O maior impacto (0,16 p.p.) e a maior variação (1,19%) no mês vieram de saúde e cuidados pessoais, respectivamente. No dia 1º de abril, o governo autorizou o reajuste de até 10,08% nos preços dos medicamentos, dependendo da classe terapêutica. A segunda maior contribuição (0,09 p.p.) para o resultado veio de alimentação e bebidas, com avanço de 0,40%, acelerando em relação ao mês anterior (0,13%).

1.3 Cenário Baiano

Com base nos dados das pesquisas mensais do IBGE, referentes ao primeiro trimestre de 2021, sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) os resultados vieram dentro do esperado, em razão da Bahia ter sido atingida pela segunda onda do coronavírus, que gerou um maior nível de distanciamento social, fechamento de estabelecimentos não essenciais e toque de recolher por conta do aumento de contaminações e do número de mortes.

A indústria geral (extrativa mais transformação) apresentou resultados negativos nos três meses do ano, fechando o primeiro trimestre com queda de 17,9 em relação ao mesmo período de 2020. As principais contribuições negativas foram das atividades: setor de Veículos (96,0%), explicada pelo fechamento da principal indústria automotiva e Derivados de petróleo e biocombustíveis (18,3%). Na comparação com o trimestre anterior registrou retração de 13,55 após dois trimestres de recuperação.

As vendas no comércio varejista, diante das restrições impostas pela pandemia apresentaram uma queda modesta de 2,9%, com taxas negativas nos três meses do primeiro trimestre, embora algumas atividades mostrassem fôlego, como Móveis e Eletrodomésticos (20,3%) e Artigos farmacêuticos (11,2%). A atividade de maior peso, Hipermercados, supermercados e produtos alimentícios, registrou decréscimo de 9,3%. Esse resultado demonstra como o fim do auxílio emergencial reduziu à demanda por produtos básicos, com efeitos negativos sobre todo o comércio varejista baiano.

A partir de fevereiro o setor de serviços foi mais afetado pelas medidas adotadas para controlar à pandemia do novo coronavírus, além do cancelamento das festas populares e do carnaval. Estas medidas afetaram o resultado do setor no primeiro trimestre que caiu 9,8%.

O crescimento do setor serviços em março na comparação com fevereiro pode ser um sinal da capacidade de recuperação do setor em que todas as medidas de contenção do vírus estavam em vigor. Por isso é muito elevada à demanda reprimida pelas atividades do setor em que fica evidente a queda de 23,0% da Atividade de Serviços prestada às famílias no trimestre e 44,5% em 12 meses.

As boas notícias estão relacionadas à geração de empregos e as perspectivas de um bom desempenho da Agricultura. A Bahia liderou a geração de emprego no Nordeste em março de 2021, com a criação de 9.820 postos de trabalho com carteira assinada. Espacialmente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram criados 2.488 postos de trabalho (25,3%) em março deste ano, e no interior foram geradas 7.332 posições celetistas (74,7%). No acumulado do ano, o saldo é de 42.718 postos de trabalho. A Bahia vem apresentando saldos positivos desde julho de 2020.

O quarto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), relativo a abril deste ano, manteve estimativa da produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, na Bahia, em 10 milhões de toneladas (t) em 2021. Esse resultado representa o mesmo patamar na comparação com a safra 2020, que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado apresentou uma variação positiva de 0,5 ponto percentual. Destaque positivo para a lavoura da soja, cuja produção pode alcançar a máxima histórica.

As exportações também obtiveram bom resultado em abril com crescimento de 55,5% sobre igual mês do ano anterior. A alta na exportação em abril reflete a recuperação do comércio internacional e a intensa demanda chinesa e asiática, que contribuiu para elevar preços e puxar o embarque de commodities. Isso ocorre, sobretudo com a soja, que voltou em grande volume aos portos, após o atraso na colheita e dos derivados de petróleo cujos preços médios tiveram aumento significativo.

A combinação de preços de commodities em alta, boa safra agrícola, perspectiva de recuperação acelerada de mercados compradores e depreciação cambial deve resultar em

um bom desempenho para o setor exportador este ano, principalmente de produtos primários.

As perspectivas para os próximos meses ainda são de um desempenho modesto da atividade econômica pelo nível ainda muito elevado de casos e mortes pelo novo coronavírus, e o ritmo lento da vacinação em segunda dose que garante efetivamente a imunidade das pessoas, impedem uma recuperação mais vigorosa do comércio varejista e dos serviços.

A seguir são apresentados os setores econômicos, dando destaque às principais ocorrências da semana.

2. Agropecuária

- ✓ O quarto LSPA, realizado pelo IBGE e sistematizado pela SEI, relativo a abril deste ano, manteve estimativa da produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, na Bahia, em 10 milhões de toneladas (t) em 2021, o que representa o mesmo patamar na comparação com a safra 2020 – que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado apresentou uma variação positiva de 0,5 ponto percentual. Destaque positivo para a lavoura da soja, cuja produção pode alcançar a máxima histórica. Por outro lado, os demais grãos deverão ter níveis de produção inferiores aos de 2020. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,17 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE, a uma expansão de 1,7% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos, no estado, foi de 3,17 t/ha, 1,6% inferior à do ano passado. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ A produção de algodão (caroço e pluma), em 2021, manteve-se projetada em torno de 1,2 milhão de toneladas, que representa retração de 18,5% na comparação anual. A previsão de área plantada está em 266 mil ha, recuo de 15,6% na mesma base de comparação. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ A soja, cuja fase de colheita está em andamento, teve sua estimativa revisada para 6,6 milhões de toneladas - a maior da série histórica do levantamento –, alta de 8,4% em relação a 2020. A estimativa da área plantada soma 1,7 milhão ha, que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura é de 3,8 t/há. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,4 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde ainda a uma retração de 7,7% na

comparação anual. Com relação à área plantada (635 mil ha), o IBGE indica uma expansão de 1,8% sobre 2020. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ Na atual temporada, a produção total de feijão deve somar 199,2 mil t, o que implica um recuo 31,3% em relação a 2020. Apesar disso, o levantamento revela uma área plantada (435 mil ha) 3,1% superior à verificada no ano passado. A má distribuição de chuvas no começo deste ano é possivelmente o principal determinante do resultado da lavoura, cuja produção é predominantemente em área não irrigada. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estima 5,4 milhões de t, alta de 5,8% em relação à safra anterior. A estimativa de cacau ficou projetada em 110 mil t, queda de 6,8% na comparação com 2020. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ A estimativa deste ano para o café ficou em 201,0 mil t, 18,3% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica ficou projetada em 80,8 mil t, variação negativa anual de 33,0%, e a da canéfora, em 120,2 mil t, correspondendo a uma retração de 4,2%, na mesma base de comparação. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

- ✓ As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil t), laranja (634,3 mil t) e uva (52,3 mil t) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 15,3%, em relação à safra anterior. As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil t de mandioca, 10,5% inferior à de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 208,2 mil toneladas, crescimento interanual de 4,1%. O tomate teve queda nas projeções (13,7%), que ficaram estimadas em 208,2 mil toneladas. (IBGE, com elaboração da SEI, 13/05/2021).

3. Indústria

- ✓ A produção industrial baiana, divulgada pelo IBGE através da Pesquisa Industrial Mensal, recuou 6,2% em março em comparação ao mês anterior e intensificou a perda de 2,6% que havia sido registrada em fevereiro. A intensificação do recuo do setor industrial, em março, está principalmente relacionada ao encerramento das atividades na indústria de veículos do estado. A indústria acumula no ano queda de 17,9% e, nos últimos 12 meses, queda de 11,2%. (IBGE, 11/05/2021).

- ✓ Na comparação com março de 2020, a produção industrial do estado declinou 18,3%. É o terceiro mês de queda consecutiva nesse indicador. O resultado negativo alcançou cinco das 12 atividades investigadas. As principais influências nesse indicador vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-96,4%), derivados de petróleo (-34,0%), metalurgia (-21,8%), produtos alimentícios (-6,3%) e equipamentos de informática e produtos eletrônicos (-36,6%). (IBGE, 11/05/2021).

- ✓ No primeiro trimestre de 2021, comparado com o mesmo período do ano anterior, a indústria baiana assinalou declínio de 17,9%, intensificando a queda na comparação com o quarto trimestre de 2020, quando registrou taxa negativa de 2,0%. Destacam-se os recuos dos setores de veículos, que passou de -25,5% para -96,0%; derivados de petróleo, de -5,8% para -24,3%; metalurgia, de -0,7% para -4,2%; e, bebidas, de 9,9% para -1,5%. Por sua vez, houve avanços em couro, artigos para viagem e calçados, que passou de 6,4% para 16,3%; produtos de borracha e material plástico, de 1,5% para 5,7%; e minerais não metálicos, de -6,3% para 3,1%, todas as comparações entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021. (IBGE, 11/05/2021).

- ✓ O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), subiu 4,8 pontos em maio, na comparação com abril de 2021, rompendo uma sequência de quatro quedas consecutivas. O indicador atingiu 58,4 pontos, em uma escala de 0 a 100, sendo 50 pontos a linha de corte entre a confiança e a falta de confiança. Esse crescimento reverte parte da queda ocorrida entre janeiro e abril deste ano de 9,4 pontos. O Índice de Expectativas, que compõe o Icei, cresceu 4,5 pontos e ficou em 62,6 pontos, bem acima da linha divisória de 50 pontos, o que indica otimismo em relação aos próximos seis meses. (CNI, 12/05/2021).

- ✓ De acordo com a pesquisa Produtividade na Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no primeiro trimestre deste ano, as horas trabalhadas aumentaram 1,9%, mas a produção caiu 0,6%. Assim, a produtividade do trabalho na indústria, medida pela relação entre o volume produzido e as horas trabalhadas, teve uma queda de 2,5% na comparação entre janeiro e março deste ano e o trimestre anterior, outubro a dezembro do ano passado. De acordo com o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, alterações duradouras na produtividade muitas vezes são associadas a mudanças na qualificação do trabalhador ou inovações tecnológicas. Desde o início da pandemia, contudo, as significativas variações na produtividade estão sendo influenciadas pela pandemia e são, ao menos em parte, transitórias. A queda da produtividade é conjuntural e pode ser explicada pela combinação estoques abaixo do nível planejado, alta dos custos e maior escassez de insumos e matérias-primas. Esses fatores afetam a capacidade de planejamento das empresas e o ritmo de produção. (CNI, 11/05/2021).

- ✓ Os indicadores industriais de março, medidos pela CNI, mostram que a atividade industrial de março foi positiva e compensou parte das perdas de fevereiro. O faturamento cresceu 2,2% em março e recuperou mais da metade da queda de 3,6% em fevereiro. As horas trabalhadas aumentaram 0,9% em março. O emprego registrou o oitavo mês de avanço consecutivo. Por sua vez, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) mantém patamar elevado, em 81,1%. Alta de 0,4 pontos percentuais em relação a fevereiro e consolida um nível persistentemente superior ao pré-crise. Na comparação com março de 2020, a UCI está 4,8 pontos percentuais maior. (CNI, 11/05/2021).

- ✓ Na indústria química, um novo estudo encomendado pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) mostra que o fim do Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que reduziu as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre matérias-primas petroquímicas de primeira e segunda geração, deve ter impactos econômicos ainda mais negativos do que o inicialmente estimado. Conforme o levantamento, produzido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), a revogação do benefício, prevista na Medida Provisória (MP) 1.034/21, torna inviável a operação de diferentes parques industriais no país e pode levar ao fechamento de até 85 mil postos de trabalho, com perda anual de arrecadação da ordem de R$ 3,2 bilhões e de R$ 5,5 bilhões no PIB. Conforme o governo, a arrecadação adicional com a revogação do benefício está estimada em R$ 1,4 bilhão ao ano. Mas o estudo da FGV mostra que, em qualquer cenário, haverá na verdade perda líquida de arrecadação. Em um cenário favorável, de preços das commodities internacionais em expansão, a queda na arrecadação decorrente da redução da produção será de R$ 1,5 bilhão, já superando o valor calculado pelo governo. No cenário base, considerado o mais provável, o impacto pode chegar a R$ 3,2 bilhões. (Valor Econômico, 11/05/2021).

- ✓ O fim do Reiq, conforme o estudo, também terá impacto nas contas estaduais, já que haverá reflexos indiretos em outros tributos, incluindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Embora seja o mais afetado, com queda estimada em R$ 156,5 milhões na arrecadação de ICMS, São Paulo conta com uma economia maior e mais diversificada dos que os demais Estados atingidos. Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Alagoas aparecem na sequência entre os mais prejudicados. (Valor Econômico, 11/05/2021).

- ✓ No setor de energia, o Brasil encerrou o mês de abril com alta de 13,4% no consumo de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), alcançando o volume de 63.342 megawatts médios. O resultado dá continuidade a uma sequência de 10 meses de crescimento, iniciada em julho de 2020, e reflete a resiliência de setores da economia na pandemia de covid-19. A informação faz parte do boletim InfoMercado Quinzenal, monitoramento periódico feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O aumento tem sido influenciado principalmente pelo mercado livre de energia, no qual grandes consumidores, como indústrias, shoppings ou empresas, podem negociar contratos diretamente com geradoras ou comercializadoras. O consumo nesse segmento em abril cresceu 31,3%. Por sua vez, o mercado regulado, que inclui os consumidores residenciais e grande parte dos comércios e pequenos empresários registrou alta de 5,9%. (CCEE, 12/05/2021).

- ✓ Ainda de acordo com a CCEE, a geração de energia elétrica também encerrou o mês de abril com alta de 13,4%, com oferta de 66.998 megawatts médios. A maior parte segue sendo fornecida pelas hidrelétricas, que são a principal fonte de energia do país e entregaram 48.367 MW médios, volume 6,1% maior que o

montante de 2020. Entre as demais fontes, destaque para a geração eólica (44,4%), térmica (36,8%) e solar (9,1%). (CCEE, 13/05/2021).

- ✓ Terminou sem êxito a negociação da Petrobras com a empresa Proquigel Química para o arrendamento da termelétrica TermoCamaçari (BA-138 MW). Conforme o comunicado ao mercado, a estatal irá iniciar o processo de preparação para desativar a Usina Termoelétrica (UTE), que já se encontra com a outorga revogada pela Aneel. (Canal de Energia, 12/05/2021).

4. Comércio Varejista

- ✓ O varejo baiano faturou R$ 7,8 bilhões, em março, representando um incremento de 13,5%, em relação ao mesmo período de 2020, traduzido num ganho de quase R$ 1 bilhão. Quando comparado a março de 2019, o comércio varejista na Bahia apresenta queda 6,6%. (Fecomércio-BA, 10/05/2021).

- ✓ Em relação às atividades, verifica-se que os maiores recuos, em comparação a março de 2019, vieram de vestuário, tecidos e calçados, e outros atividades com taxas negativas de 63,9% e 24,1%, respectivamente. As lojas de móveis e decoração e vendas de veículos também registraram quedas respectivas de 14,9% e 1,5%. (Fecomércio-BA, 10/05/2021).

- ✓ Na comparação com o ano de 2019, os destaques positivos registrados em março vieram de lojas de materiais de construção com a variação de 26,6%, e eletroeletrônicos com alta de 4,1%. Além das farmácias e perfumarias que registraram elevação nas vendas de 14,2%%. (Fecomércio-BA, 10/05/2021).

- ✓ No primeiro trimestre do ano, as vendas reais dos supermercados brasileiros cresceram 7,1% nos lares, em relação a igual período de 2020, de acordo com o Índice Nacional de Consumo Abras (INC Abras), da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Esse resultado evidencia que o índice, já deflacionado pelo IPCA, está desacelerando. Em janeiro, o crescimento chegou a 12,0%. (Valor Econômico, 13/05/2021).

- ✓ As vendas por WhatsApp e pelo aplicativo móvel contribuíram para impulsionar os resultados digitais da varejista Via no primeiro trimestre de 2021. A participação da empresa nas vendas do comércio eletrônico brasileiro alcançou 14,2% nesse período, chegando a 16,7% em maio. (Valor Econômico, 13/05/2021).

5. Serviços & Turismo

- ✓ O volume de serviços no Brasil retraiu 4,0%, em março na comparação com o mês imediatamente anterior (série com ajuste sazonal), essa é a primeira taxa negativa para o ano de 2021, e a segunda queda mais intensa para os meses de março, desde o inicio da série histórica. A primeira queda mais intensa ocorreu em março do ano passado (-6,6%), no inicio da pandemia. Nessa análise, a Bahia não

acompanhou o mesmo comportamento do Brasil e marcou expansão de 2,9%, após recuo de 2,3% em fevereiro, essa é a primeira taxa positiva para o ano de 2021, e a melhor variação para os meses de março, desde o inicio da série histórica. A primeira expansão ocorreu em março do ano de 2013 (1,8%). É importante destacar que o mês de março do ano corrente foi marcado pela manutenção do agravamento da pandemia, permanecendo algumas medidas de contenção em algumas cidades, como toque de recolher, suspensão dos meios de transporte, e a suspensão do funcionamento dos serviços não essenciais em toda a Bahia. O avanço registrado, foi puxado pela manutenção dos serviços de delivery, para restaurantes, bares e congêneres; serviços relacionados à saúde; e o retorno às aulas com atividades 100% remotas para às escolas da rede estadual de ensino, impulsionando as atividades relacionadas aos serviços de comunicação e informação, além das atividades relacionadas aos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. (IBGE e SEI).

- ✓ O volume de serviços na Bahia retraiu 2,6%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Três das cinco atividades puxaram o volume de serviços para baixo, com destaque, por ordem de magnitude, as atividades de Serviços prestadas às famílias (-20,7%), seguida pela atividade de Outros serviços (-7,4%), e Serviços de informação e comunicação (-6,2%). Em contrapartida, as atividades de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (2,6%), e Serviços profissionais, administrativos e complementares (1,0%) expandiram. (IBGE e SEI).

- ✓ A receita nominal de serviços na Bahia retraiu 2,2%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Três das cinco atividades puxaram a receita de serviços para baixo, com destaque, por ordem de magnitude, os Serviços prestados às famílias (-22,1%), seguido por Outros serviços (-4,7%), e Serviços de informação e comunicação (-4,1%). Em contrapartida, as atividades de Serviços profissionais, administrativos e complementares (2,8%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (1,2%) avançaram. (IBGE e SEI).

- ✓ O Governo do Estado concretizou cooperação técnica, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (Desenbahia), com a União dos Prefeitos da Bahia (UPB) para levar linha de crédito aos microempreendedores baianos. A partir da assinatura do termo, realizada na sede da UPB, a expectativa é de que a Desenbahia consiga instalar postos de atendimento em todos os 417 municípios. Atualmente, são 183 postos em funcionamento, nos quais é possível aos microempreendedores acessarem o CrediBahia, linha de crédito que varia de R$ 500 a R$ 21 mil. De acordo com a Setre, a iniciativa pretende financiar e capacitar gerencialmente os empreendedores de micro e pequenos negócios informais ou formais (CNPJ/MEI) das atividades de produção, comércio e de serviços. (Secom).

- ✓ Em março de 2021, o índice de atividades turísticas no Brasil caiu 22,0% frente ao mês anterior, queda mais intensa desde abril de 2020 (-54,5%). O segmento de turismo vinha mostrando recuperação entre maio de 2020 e fevereiro de 2021,

com avanço de 127,2%, mas sofre novo revés no mês de março, de maneira que agora ainda necessita crescer 78,7% para retornar ao patamar de fevereiro do ano passado. Regionalmente, todas as 12 unidades da federação acompanharam movimento de desaceleração, com destaque para Paraná (-26,5%), Santa Catarina (-26,2%), Goiás (-26,2%), que registraram as variações negativas mais expressivas. Nessa comparação a Bahia apontou a variação negativa menos expressiva (-4,9%). (IBGE e SEI).

- ✓ A retração observada na Bahia foi marcada, principalmente pelo agravamento da pandemia no estado, em que foi necessária a aplicação de medidas de contenção ao agravamento da crise, como o toque de recolher na maioria das cidades, e o fechamento das praias. Essas medidas inibiram a chegada de turistas para o estado, principalmente os turistas internacionais, confirmado pelo registro de zero passageiro para o mês de março nos aeroportos da Bahia. Em relação à receita nominal, todas as unidades marcaram ritmo de decrescimento, com destaque para Rio Grande do Sul (-35,8%), Ceará (-26,5%), Paraná (-26,3%), e Goiás (-25,6%). Nessa comparação a Bahia apontou a variação negativa menos expressiva (-6,3%). (IBGE e SEI).

- ✓ No volume das atividades turísticas, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, o Brasil caiu 19,1%, décima terceira taxa negativa seguida. Em termos regionais, todas as 12 unidades da federação pesquisadas tiveram recuo nos serviços voltados ao turismo, com destaque para Ceará (-35,4%), Rio Grande do Sul (-33,2%), e São Paulo (-27,7%). Nessa comparação a Bahia apontou a quinta variação negativa menos expressiva (-12,1%). Em relação à receita nominal, todas as 12 unidades marcaram o mesmo ritmo de decrescimento e nessa comparação a Bahia apontou a sexta variação negativa mais expressiva (-18,0%) ficando entre, Paraná (-23,7%) e Minas Gerais (-16,2%). (IBGE e SEI).

- ✓ Após quase um ano do lançamento do selo Turismo Responsável, as agências de turismo e os meios de hospedagens foram os segmentos que mais aderiram à certificação do Ministério do Turismo. Juntos, os dois representam 52% dos 27.817 selos emitidos até esta terça-feira (11.05) pelos empreendimentos turísticos do país. O documento é um reconhecimento visual e dá credibilidade às empresas do setor que declararam assumir os protocolos de biossegurança contra a covid-19 ofertando, assim, mais segurança e conforto aos viajantes no país. (MTur).

- ✓ Os sinos da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, uma das mais tradicionais de Salvador, tocaram juntos na quinta-feira (13), pela primeira vez nos últimos 30 anos, após uma missa para comemorar o momento. Símbolos de fé e responsáveis pela convocação dos fiéis para os atos religiosos, os sinos foram recuperados pelo Governo do Estado. A Igreja do Bonfim é a nona que teve o conjunto de sinos recuperados. No momento da reativação, outras igrejas do Centro Histórico de Salvador também tocaram seus sinos em consonância com o Bonfim. O projeto de recuperação dos sinos conta, desde o início, com a parceria da iniciativa privada, recebendo o apoio de empresários e grandes instituições, a exemplo da Academia

de Letras da Bahia, Hospital da Bahia, o Grupo Hoteleiro Vila Galé e a construtora Andrade Mendonça. O resgate do toque dos sinos da Igreja do Bonfim contou com o apoio do empresário Roberto Oliva, presidente do conselho da Intermarítima. (Setur).

6. Comércio Exterior

- ✓ A alta surpreendente das commodities abriu espaço para projeções de superávit recorde de balança comercial brasileira e termos de troca superiores aos de 2011, no auge do que foi chamado de superciclo desses ativos. O cenário de bonança promovido pelo impulso externo pode ampliar de perto de 40% em 2020 para cerca de 45% neste ano a participação das cadeias de commodities no PIB, considerando desde extração e produção até exportação e serviços finais. Segundo analistas, porém, a retomada da economia brasileira como um todo em 2021 ainda depende de fatores domésticos, como o ritmo de vacinação, com uma superação da pandemia que torne possível reduzir restrições e elevar a renda disponível. No cenário, ainda causam certa preocupação a inflação impulsionada pelo câmbio, apesar da recente valorização do real, e o quadro fiscal, considerado não resolvido por completo. (Valor Econômico, 10/05/21).

- ✓ Os preços do minério de ferro, do cobre e do aço chegaram aos níveis mais elevados da história na semana passada, refletindo o descasamento entre o ritmo de expansão da demanda e da oferta, a retomada acentuada da atividade nos países que já começaram a deixar a pandemia de covid-19 para trás e questões específicas a cada commodity. Em comum, há o consumo aquecido na China e os pacotes de estímulo nas economias desenvolvidas, que contribuem para o aumento das exportações chinesas e, consequentemente, para importações superiores de matérias-primas pelo país asiático. As apostas em um novo superciclo - um período prolongado de preços elevados, também contribuem para a forte valorização de praticamente todas as commodities industriais. (Valor Econômico, 10/05/21).

- ✓ Até 2035, a China poderá mais do que triplicar sua participação na corrente de comércio total da América Latina com o mundo, ameaçando tirar dos Estados Unidos a histórica posição de maior parceiro comercial da região, segundo estudo lançado pelo Atlantic Council, um dos principais “think tanks” em relações internacionais, com base em Washington. Dependendo do cenário, a participação da China subirá para 15% a 24% das exportações e importações totais da América Latina com o planeta. Hoje essa fatia está em 7,4%. “Embora uma participação em torno de um quarto do comércio da região não pareça particularmente elevada, o fato de que a China representava menos de 2% do comércio latino-americano em 2000 faz esse número de 2035 saltar aos olhos”, diz o estudo, em sua conclusão. No caso do Brasil, especificamente, esse cenário resultaria em déficit comercial com a China da ordem de 0,7% do PIB. O país não tem saldo negativo “consistente” com Pequim desde 2000, lembra o estudo. No ano passado, houve

superávit de US$ 33,6 bilhões – puxado pelas vendas brasileiras de soja, minério de ferro e petróleo. (Valor Econômico, 13/05/21).

- ✓ Os exportadores brasileiros de frutas, que já enfrentavam dificuldades nos embarques causadas pela pandemia, têm tido uma dor de cabeça adicional desde que o navio Ever Given encalhou no Canal de Suez, no Egito, em março. O incidente agravou a falta de contêineres refrigerados nos portos brasileiros (o modal é responsável por cerca de 90% das exportações do segmento). No geral, os efeitos mais imediatos do encalhe sobre as operações logísticas internacionais já foram superados, mas segue tendo efeitos sobre os preços do frete de contêineres para frutas e legumes brasileiros. A oferta atual corresponde a 30% da registrada no ano passado. A expectativa é que a oferta de contêineres para frutas e verduras só vai se normalizar entre o fim deste ano e o início do próximo. (Valor Econômico, 11/05/21).

- ✓ A Açu Petróleo, joint venture entre a Prumo Logística e a alemã Oiltanking, assinou contrato com a Petrobras que vai mais do que dobrar o volume de óleo exportado pela petroleira no terminal do Porto do Açu. O acordo, fechado em abril, prevê o escoamento de até 240 milhões de barris de petróleo, cerca de 300 mil barris por dia (barris/dia), em dois anos no terminal, em São João da Barra (RJ). A Petrobras exporta parte da produção pelo porto no norte fluminense desde 2019. De acordo com Victor Bomfim, presidente da Açu Petróleo, a exportação do petróleo brasileiro tem crescido a um ritmo de 20% a 30% ao ano desde 2018, com destaque para as vendas para o Oriente, com a China como destino principal. (Valor Econômico, 12/05/21).

- ✓ Trinta anos atrás, “política industrial” estava tão na moda quanto um chapéu de feltro. Mas agora os governos do mundo inteiro, de Washington a Pequim e de Nova Déli a Londres, estão redescobrindo a alegria dos subsídios e entoando cantos de louvor à autossuficiência econômica e ao investimento estratégico. A volta da rivalidade geopolítica está puxando a nova moda da intervenção do Estado na economia. Com a queda da confiança entre EUA e China, esses países começaram a encarar a dependência um do outro para a obtenção de alguma comomodity essencial – seja semicondutores ou terras-raras – como uma vulnerabilidade perigosa. A produção local e a segurança da oferta interna são as novas palavras de ordem. Com a intensificação da disputa econômica e industrial, os EUA proibiram a exportação de tecnologias-chaves para a China e têm pressionado pela repatriação das cadeias de suprimentos. Além disso, o país vai na direção do financiamento governamental direto para a fabricação de semicondutores. Já a China adotou uma política econômica de “dupla circulação” que enfatiza a demanda interna e “grandes saltos de qualidade em tecnologias fundamentais”. O governo de Xi Jinping, paralelamente, endurece o controle estatal sobre o setor tecnológico. A lógica de uma corrida armamentista está se instaurando, à medida que cada lado justifica suas medidas protecionistas como reação aos atos do outro lado. (Folha de S. Paulo, 11/05/21).

7. Finanças Públicas

- ✓ O relatório final com a proposta de mudanças ao sistema tributário brasileiro foi aprovado pela Comissão Mista da Reforma Tributária, na última quarta feira, dia 12 de maio, depois de muitas discussões durante essa semana, sobre uma possível anulação dos trabalhos da Comissão.

- ✓ O Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta, colocou-se à disposição para discussões e críticas que possam ser anexadas ao texto, reforçando que muitas das sugestões apresentadas deverão ser avaliadas em nível regimental, conforme definido pela Câmara e Senado.

- ✓ Segundo o relator, a proposta busca minimizar os problemas estruturais que se inserem no sistema tributário nacional como forma de torná-lo simples, moderno, justo, eficiente e transparente com segurança jurídica e previsibilidade.

- ✓ O foco da relatoria foi no sentido de simplificar os impostos das bases de consumo, uma vez que segundo dados da Receita Federal de 2018 a incidência tributária sobre bens e serviços equivale a cerca de 45% da arrecadação total.

- ✓ A principal alteração é a substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que deverá ser complementado pela criação do Imposto Seletivo.

- ✓ O relatório prevê a criação do IBS, que substitui a contribuição de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. A proposta busca equalizar as competências de cada ente federativo no que tange às suas capacidades tributárias e legislativas, de forma a dar maior harmonização federativa.

- ✓ O texto aprovado convergiu sobre as matérias apresentadas: a proposta de emenda à Constituição (PEC) 45/2019 da Câmara; a PEC 110/2019 apresentada pelo Senado Federal e o Projeto de Lei (PL) 3.887/2020 do Poder Executivo. Vale dizer que as PECs convergem para que se extingam os tributos incidentes sobre bens e serviços, e o PL originário do poder executivo define a instituição da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

- ✓ Do ponto de vista operacional, o IBS será calculado pelo somatório de três alíquotas: da União, dos estados e Distrito Federal e dos municípios, que deverão exercer individualmente, sua autonomia tributária, com fixação da sua respectiva alíquota a ser definida em lei ordinária, sendo que as demais normas referentes ao imposto serão normatizadas em lei complementar.

- ✓ No que e refere à alíquota, apesar de fixada individualmente pelos entes, esta será a mesma aplicada a todas as operações com bens ou serviços, reforçando a não

necessidade dessa diferenciação. Estão fora do regramento da alíquota única somente os casos definidos pela Constituição Federal.

- ✓ No relatório está prevista a substituição do IPI por um Imposto Seletivo para que se complemente o IBS. Este incidirá em uma ou mais fases da cadeia produtiva.

Perspectivas de Curto Prazo – Bahia – 2020/2021

Principais Indicadores	Resultado observado (%)			Projeção (2021)[1] (%)				
	Mensal	Ano	12 Meses	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Tendência
Indústria (mar.)	-18,3	-17,9	-11,2	8,4	2,3	3,7		
Comércio (mar.)	-0,8	-2,9	-4,4	7,3	8,6	9,4		
Serviços (mar.)	-2,6	-9,8	-15,6	6,1	10,3	12,5		
Agricultura (abr.)[2]	-0,5				-0,5	-0,5	-0,5	
Exportações (abr.)	55,5	7,5	-2,2		30,1	35,0	20,3	
Importações (abr.)	91,4	37,3	-9,3		80,0	70,2	90,1	
ICMS (abr.)[3]	30,4	21,0	6,9		48,1	18,9	12,6	
FPE (abr.)[3]	32,4	19,5	2,7		30,1	36,2	16,4	

Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Notas: **Mensal** - variação no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior;
Ano - variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior;
12 meses - variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores;
(1) Projeção - tendência, para os próximos três meses, dados sujeitos à mudança metodológica;
(2) LSPA: estimativa da safra de grãos;
(3) Sefaz e Tesouro Nacional: variação nominal.

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Jorgete Oliveira Gomes da Costa

Diretoria de Indicadores e Estatística
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Arthur S. Cruz Júnior, Carla Janira do Nascimento, Elissandra Alves de Brito, João Gabriel R. Vieira, Luiz Mário R. Vieira, Maria Margarete de Carvalho A. Perazzo, Pedro Marques de Santana, Poliana Peixinho, Rosângela Ferreira Conceição, Zélia Maria de C. Góis

Equipe Editorial
Vinícius Luz (designer gráfico), Ludmila Nagamatsu (editoria de arte), Elisabete Barretto (editoria-geral)

SEI SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO PLANEJAMENTO